



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

ESPAÇOS COLETIVOS, LUGARES COMPARTILHADOS: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Renata Priore Lima (Universidade Paulista) - renata.lima@docente.unip.br

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC. Mestre em Urbanismo pelo IAU/USP. Doutora em urbanismo pela Universidade Politécnic da Catalunha (ETSAB/DUOT/UPC). Professora de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Espaços Coletivos, lugares compartilhados

Uma abordagem conceitual

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea é composta por espaços de naturezas contrastantes: interior, exterior, aberto, fechado, público e privado. Há também lugares com limites imprecisos, mas que se estabelecem como interface entre a dimensão arquitetônica do espaço urbano e a dimensão urbana da arquitetura: os espaços coletivos. Espaços coletivos caracterizam-se pela hibridização, convivência, expressão artística e arquitetura. Estes compõem o ambiente compartilhado da cidade e são essenciais para o desenvolvimento da vida urbana.

Em seu aspecto funcional, os espaços coletivos são importantes porque, em muitos casos, apoiam redes de infraestrutura, fluxos econômicos e bens, articulam espaços de consumo e locais de lazer. Também são determinantes na organização de áreas de usos múltiplos, como as áreas centrais, e podem proporcionar coesão, interferindo positivamente na relação do edifício com a cidade e suas conexões com o território.

A discussão sobre os espaços coletivos na cidade contemporânea é um tema relativamente novo que adquire cada vez mais atenção e permeia a discussão sobre espaços públicos e privados. Em 2004, durante o Fórum Universal das Culturas celebrado em Barcelona, realizou-se um debate sobre os espaços coletivos nas cidades. Uma das conclusões a que se chegou foi que a dicotomia privado-público, individual-coletivo, interior-exterior já não é a única válida para se referir aos espaços da vida urbana, o que demanda novos modelos de urbanismo que incluam o conceito de espaço coletivo (FÓRUM BARCELONA, 2004). Para Solà-Morales (1992), um dos pioneiros nesta discussão, os espaços coletivos são espaços que não são nem públicos nem privados, mas ambas as coisas ao mesmo tempo; representam também a riqueza civil, arquitetônica, urbanística e morfológica de uma cidade. Estes tendem a estar conectados entre si, conformando uma estrutura capaz de ativar novos tipos de urbanidade.

De fato, os modos de vida contemporâneos passaram nas últimas décadas por uma verdadeira revolução que acabou refletindo na forma da cidade e de sua urbanidade. A pandemia da doença batizada com Covid-19 levou as pessoas a se isolarem em suas casas ou socializarem em espaços amplos e arejados. Além disso, dadas as novas formas de comunicação, as pessoas já não se encontram em um único lugar, mas em distintos ambientes ao mesmo tempo (trabalho, residência, escola, lojas, etc.), o que é possível pelo uso da internet. Ou seja, se alternam, seja a distância ou a partir de deslocamentos físicos (ASCHER, 2010). Em termos espaciais, estas conexões já não passam, necessariamente, pelos espaços públicos tradicionais e se formam através dos novos espaços transformados por estas relações, como os espaços coletivos e suas composições híbridas.

Sobre este tema, e ao contrário do que dizem alguns autores que creem na “morte” dos espaços públicos (DELGADO, 2011), aposta-se na ideia de que os espaços de socialização se multiplicam e se tornam mais dinâmicos a cada dia, assumindo outras formas e funções que passam a admitir novas classificações. Por esse motivo, este artigo objetiva discutir o conceito de espaços coletivos e sua relação com a vida urbana contemporânea; estabelecer critérios de análise e projeto desses espaços, e será apresentado em forma de um estudo de revisão. A metodologia proposta inclui a revisão da literatura urbanística nacional e internacional, sua sistematização e análise e revisão de autores da área do urbanismo, história e sociologia urbana. Espera-se que esta reflexão possa contribuir com a interpretação da cidade atual e com o processo de planejamento urbano, de forma a promover discussões mais atualizadas, pautadas pelas novas dinâmicas que vêm sendo incorporadas aos modos de vida da sociedade contemporânea.

REVISÃO DA LITERATURA: ESPAÇOS COLETIVOS

Os espaços coletivos estão presentes nas cidades desde sua origem. Na cartografia aparecem com distintas representações, como na emblemática planta de Roma elaborada por Giambattista Nolli em 1748, no qual são destacados os espaços de acesso e uso público. No projeto do novo campus universitário da Universidade de Barcelona, de Estanislau Roca, foram destacados através de linhas que demonstram o movimento das pessoas através deles (ROCA, 2009). Outra representação semelhante aparece no estudo urbano de Manuel de Solà-Morales sobre a urbanidade capilar na cidade de Sant Andreu (SOLÀ-MORALES, 2009).

Na literatura, os espaços coletivos adquirem distintas denominações: *espaços entre edifícios* (GEHL, 1971), *áreas de pedestres* (UHLIG, 1979), *espaços ao ar livre* (ASHIHARA, 1982), *espaços semipúblicos e semiprivados* (ASHIHARA, 1982; HERTZBERGER, 1991), *espaços intermediários* (HERTZBERGER, 1991), *espaços abertos* (SECCHI, 1993), *espaços intersticiais* (BUSQUETS, 2006), *espaços híbridos* (ROSSINI, 2014), entre outros. No Brasil aparece com mais frequência sob a denominação de *espaços semipúblicos* ou *semiprivados* (FERREIRA & MARQUES, 2000) e como *espaços intersticiais* (LEITE, 2009). Meyer, no artigo “O espaço da vida coletiva”, utiliza o termo espaço coletivo (MEYER, 2001).

Historicamente, a ágora grega se organizava como um espaço coletivo agregador de atividades sociais e de comércio. Epicentro da vida social da polis grega, se caracterizava por sua composição híbrida. Em sua organização, coexistiram atividades de interesse público, como administrativa, religiosa, social e política, misturadas com funções de mercado e outras atividades privadas. Algum tempo depois, na cidade romana, uma mudança significativa alterou essa condição. Junto com o nascimento das leis e do direito, surgiu a noção de propriedade, na qual os espaços público e privado passaram a ter limites claros e segregados. O fórum romano assumiu funções sociais, políticas, administrativas e religiosas, enquanto os mercados eram colocados em espaços fechados, isolados de outros usos. Isso empobreceu a diversidade e a espontaneidade da ágora.

A origem etimológica da palavra “coletivo” é uma variante da palavra *collectio*, de origem latina, que significa “encontro”, e é o nome de ação do verbo *colligere*, que também significa “coletar”, “reunir” e “resumir”. Seu significado, portanto, é cunhado a partir de diferentes formas de uso compartilhado do espaço. Por outro lado, a palavra “público”, que também vem do latim, denota algo que pertence aos cidadãos, com senso de propriedade. Essa é a ideia que predomina na organização das cidades ocidentais e que, de certa forma, dificulta a definição de espaços híbridos.

Entretanto, o sentido contemporâneo do público é diferente daquele da Antiguidade. Como argumenta Sennett (1990), a cultura moderna é vítima de uma profunda divisão entre o interior e o exterior que reflete na separação entre a experiência subjetiva e a experiência do mundo, entre o eu e a cidade. Essa separação decorre do conflito do “emuralhamento” das diferenças, ou seja, da reação das pessoas se isolarem de seus pares, de se afastarem dos espaços públicos por medo de que os contatos possam ser mais ameaçadores do que estimulantes. Esse efeito se agravou com a pandemia da Covid-19. Borja (1998) chama esse fenômeno de agorafobia que, entre outros efeitos colaterais, também resulta na formação de espaços de socialização isolados e desarticulados como as áreas comuns dos condomínios.

Alguns autores tratam os espaços públicos como espaços de propriedade pública, como Panerai (2006). Outros os classificam de acordo com seu uso público, independentemente do título de propriedade, como Borja e Muxí (2003). Entretanto, existem instituições públicas de acesso restrito e, em contrapartida, áreas privadas de acesso público. Portanto, falar de espaços públicos ou coletivos sem requalificá-los pode gerar distorções, já que o uso e a propriedade são coisas diferentes.

De qualquer forma, e como propõem Bentley (1985), espaços públicos e privados são igualmente necessários e complementares na organização urbana. Pode-se dizer que o espaço público sem o privado se torna um espaço deserto. Isso é perceptível em áreas públicas muito grandes sem atividade, típicas de cidades sujeitas ao regime totalitário e cidades onde a terra é majoritariamente pública como Brasília. Por outro lado, espaços privados sem a presença do público tornam-se locais estéreis do ponto de vista da urbanidade e da diversidade, como acontece nas urbanizações fechadas, por exemplo.

Para abordar dessa questão, Cerasi (1990) definiu o conceito de espaço coletivo como o conjunto de espaços de uso compartilhado onde a experiência coletiva é realizada. Dois anos depois, Manuel de Solà-Morales escreveu o artigo “Espaço público e espaços coletivos”, que foi um divisor de águas na discussão. Segundo ele, o espaço coletivo inclui: “Espaços públicos absorvidos por usos particulares e espaços privados que adquirem uso coletivo” (Solà-Morales, 2001, p.103).

Mais tarde, o tema adquiriu transcendência no Fórum Universal de Culturas, realizado em Barcelona em 2004. A sessão “Espaço urbano coletivo”, que contou com a presença de Jean-Louis Cohen, Manuel de Solà-Morales, François Ascher e François Barré, entre outros, concluiu que na contemporaneidade os espaços urbanos estão assumindo outras formas e funções, que passam pela admissão de novas classificações. Além disso, indicaram que os espaços coletivos são potentes lugares de troca porque

acolhem as interações institucionalizadas bem como interações mais espontâneas dos cidadãos (BETSKY, 2004). Barré (2004) encerrou afirmando que hoje os indivíduos são plurais, pertencem a diferentes lugares e se deslocam por diferentes espaços reais e virtuais, o que torna necessário olhar mais de perto para os espaços coletivos.

Para Meyer (2001), o espaço coletivo é o lugar natural de manifestação da vida pública. Sua presença, qualidade e quantidade criam as condições para que assumam o papel privilegiado da vida urbana. Seu desempenho está fortemente condicionado a dois fatores decisivos: possuir uma clara legibilidade, capaz de torná-lo uma referência para todos os cidadãos, e serem apropriados por um grande número de pessoas. “Fica evidente, portanto, que entre espaço coletivo e espaço público existe uma intensa relação dinâmica que deve ser estimulada e propiciada pelo projeto urbano” (MEYER, 2001, p. 33). Exemplos interessantes de espaços coletivos são a escadaria do edifício da Gazeta, o vão do MASP e a Livraria Cultura na avenida Paulista, em São Paulo.

ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COLETIVOS

Quando um edifício é implantado no espaço urbano, a arquitetura define um ambiente não-construído oferecendo seu perímetro e sua forma, sem os quais os lugares são menos compreensíveis e difíceis de serem apropriados. Quando seu térreo é aberto ao uso público, conforma-se um espaço social em potencial, que ganhará vitalidade a medida em que tenham atividades como comércio e serviços. Neste encontro, surgem tensão e equilíbrio que fazem o edifício se tornar parte da cidade e a cidade parte da arquitetura.

Para Ching (2010) os edifícios articulam o volume espacial circundante e geram um campo de influência que reivindicam como seu, enquanto para Lamas (2000) são o principal aparato definidor da forma urbana. Segundo Rossi (1966), o volume construído e seu entorno são complementares, uma vez que a arquitetura é identificada com a cidade e não pode afirmar-se sem ela.

Gehl (1971) propõe que os locais onde os espaços internos são integrados com áreas externas utilizáveis oferecem os espaços compartilhados que melhor funcionam como espaços de socialização. Nos lugares onde essas relações estão em sintonia e se organizam como espaços da vida coletiva, como na Praça de São Marcos, em Veneza, no Rockefeller Center, em Nova Iorque, ou na marquise do Parque Ibirapuera em São Paulo, essa harmonia se traduz em urbanidade.

Realmente, os espaços coletivos que são criados ao rés-do-chão, nos interstícios entre os edifícios, são poderosos urbanisticamente. Afinal, é no nível do solo, com os passos, onde e como a cidade é vivida (CERTEAU, 1990). Para explicar sua relevância, é possível comparar os pisos térreos com as placas-mãe dos computadores; conformadas por uma plataforma única na qual as outras partes do sistema se conectam e distribuem.

Do ponto de vista morfológico, os espaços coletivos são como microestruturas que interligam espaços públicos e privados de uso público, e formam cenários de comunicação e de troca. Em muitos casos, esses se interconectam e se organizam como tramas, que se apoiam em redes de

mobilidade, fluxos econômicos e de mercadorias, além de articular diferentes usos.

Pode-se dizer assim que as cidades possuem um sistema ou redes de espaços coletivos mais ou menos complexas. Como estrutura, essas redes suportam e, ao mesmo tempo, são condicionadas por fluxos, conectividade e atividades urbanas. Além disso, suas possibilidades são potencializadas em áreas de maior intensidade de pessoas, gerando nós e vetores de centralidade.

As redes de espaços coletivos assumem formas variadas: lineal, radial, de estrela, espinha de peixe, ortogonal, anel, árvore, etc. Essas estruturas podem ser contínuas ou descontínuas, ou estar organizadas por um conjunto de micro redes que formam composições mistas. Além disso, geralmente são flexíveis, altamente mutáveis e se transformam quando uma calçada é alargada, uma praça é criada ou um novo edifício é implantado.

As organizações em rede têm sido estudadas por diferentes autores que investigam os impactos das relações sociais nos modos de vida e na transformação do espaço, tais como Castells (1997), com seus estudos sobre a sociedade em rede e Ascher (2010) que propõe que a sociedade contemporânea, ou "sociedade do hipertexto", é estruturada e funciona como uma rede, de tal forma que estar conectado não é mais opcional, mas se tornou uma necessidade. Por essa razão, os laços sociais multiplicaram-se extraordinariamente e, apesar de serem mais fracos, são cada vez mais numerosos e flexíveis.

As mudanças em curso afetam as estruturas espaciais decorrem do desenvolvimento econômico, dos avanços tecnológicos, da evolução nos modos de deslocamento, incluindo a aceleração e a justaposição das atividades cotidianas. Nas cidades, muitas destas relações se materializam em rede de espaços coletivos.

As redes de espaços coletivos estão condicionadas pelo contorno dos edifícios, localização, proporção entre os espaços construídos e os espaços livres, desenho dos acessos, escala e organização dos ambientes de permanência, visuais disponíveis, atividades no térreo e desenho dos elementos de conexão. Estes elementos são importantes porque estabelecem a interface entre os diferentes níveis de urbanidade, com formas muito variáveis como uma dilatação da calçada sobre o lote, áreas de rampas e escadas, pequenos jardins frontais, corredores e passagens internas, entre outros (LIMA, 2016).

Na organização desses espaços, as áreas públicas de uso público continuam sendo as protagonistas e, hierarquicamente, mais importantes do que as privadas de uso público. Isto porque os espaços públicos tradicionais são os mais emancipatórios e democráticos sendo vitais no funcionamento da cidade. Também é certo que, tal como afirmou Frúgoli Jr (1992), espaços controlados, confinados e seletivos "jamais poderão resgatar plenamente o dinamismo das ruas e praças: vivas, imprevisíveis, heterogêneas e realmente públicas" (FRÚGOLI JR, 1992, p.92). Motivo pelo qual devem ser majoritários e ocupar uma posição central em sua estrutura.

Por outro lado, é notável que as capilaridades que surgem a partir da implantação de edifícios com térreos permeáveis, enriquecem a experiência das pessoas no espaço urbano e cria filamentos que se integram à trama das redes

de espaços coletivos. Assim, quando certos espaços privados se abrem e se integram à cidade, cumprem sua função, especialmente quando articulam ou contribuem para ampliar os limites dos espaços públicos, ou seja, urbanizando o privado, transformando-o em patrimônio coletivo, tal como sugere Solà-Morales (1992),

Há pouco menos de uma década, surgiram alguns instrumentos de planejamento urbano novos no Brasil, que procuram estimular a propagação dos espaços coletivos. Em São Paulo, por exemplo, o Plano Diretor Estratégico de 2014 introduziu um bônus, em forma de potencial construtivo, cedido à empreendimentos que criam passagem públicas para pedestres no interior do terreno. Esse mecanismo já tinha sido experimentado na Casa nas Rosas, na avenida Paulista, que evitou a demolição do edifício histórico, estabeleceu uma fruição pública entre a avenida Paulista e a alameda Santos, e permitiu que um centro cultural, um café e o saguão de um grande edifício corporativo se interconectassem pelo térreo, onde se encontra o jardim preservado da Casa das Rosas.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS ESPAÇOS COLETIVOS

A partir da revisão da literatura realizada para este trabalho, foi possível elencar um conjunto de características dos espaços coletivos contemporâneos, os quais podem ser utilizados como categorias de análise ou planejamento urbano.

A *continuidade* é uma condição essencial dos espaços compartilhados da cidade e está relacionada com a maneira como estão ligados ao seu entorno, e como se estabelece a liberdade dos fluxos de pedestres que se desenvolvem através deles. O oposto dessa fruição são as descontinuidades provocadas pelas barreiras conformadas por limites físicos, certas infraestruturas e condomínios fechados que impedem a sequência espacial das atividades urbanas.

Outros aspectos comuns dos lugares coletivos é a *intensidade*, que confere capacidade aos lugares para atrair pessoas e se conformar como espaços centrípetos que fomentam o florescimento de relações sociais pela força da coesão de grupos e comportamentos. Também está ligado ao potencial de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração cultural. A mistura de atividades está implícita no conceito de intensidade e é vital no funcionamento dos espaços coletivos.

Os espaços coletivos também se distinguem pela *versatilidade* que depende de sua capacidade de adaptação a usos e usuários variados e das possibilidades de apropriações espontâneas, o que denota flexibilidade. Esse atributo pode contribuir para a construção de bases sólidas para a vida social, pois permite que sejam gerados encontros e expressões artísticas casuais que não ocorreriam em ambientes fechados. Edifícios de uso misto, por exemplo, tendem a ser versáteis quando aproveitam seu grande número de usuários para incorporar espaços multiuso ou polivalentes.

Os espaços coletivos também costumam ser espaços de *identidade*. Que pode ser definida como o conjunto de traços de um indivíduo ou uma coletividade

que o diferenciam dos outros, ou o grau em que uma pessoa pode reconhecer ou lembrar de um lugar como singular, ou seja, por seu caráter próprio ou excepcional, ou minimamente particular. Em suma, são lugares simbólicos com os quais as pessoas se identificam, e podem ser desde áreas para mesas de um bar dispostas sobre a calçada, até marquises ou escadarias onde o uso público é permitido (LYNCH, 1985).

A *transversalidade* é outra característica dos espaços coletivos que pode ser entendida como permeabilidade pedonal ligada às possibilidades de caminhar de uma rua a outra através da quadra, passando pelo interior do lote. Essa possibilidade é ameaçada por efeitos da agorafobia ou falta de sensação de segurança que resulta no emuralhamento dos espaços. Mas quando essa permeabilidade é possível, conformam dilatações que ampliam a liberdade pessoal dos percursos e tornam o espaço urbano mais atrativo. Essa é a possibilidade incentivada nos planos urbanísticos recentes como o de São Paulo que prevê a fruição pública.

Outra condição para que os espaços sejam utilizados coletivamente é a *acessibilidade*. Segundo Lynch (1980), sem a facilidade de entrar, sair ou se mover internamente, de receber e transmitir informações ou demandas, o espaço não tem valor. Isso significa ter entradas claras e bem marcadas, além de ser acessível por diferentes meios de transporte. Na cidade contemporânea, a acessibilidade está relacionada à centralidade.

A sensação de *segurança* é outro traço desses lugares que por serem ativos, costumam se mostrar acolhedores e mais protegido. A segurança contra o tráfego rodado está ligada à largura das calçadas e a outros elementos de separação e proteção do trânsito. A segurança também diz respeito à capacidade do local de garantir a presença humana, aumentando a autovigilância social. Lojas, bares e restaurantes geram diversidade e aumentam a segurança nas calçadas, pois melhoram o controle social do espaço urbano, como observou Jacobs (1961). Ao atrair as pessoas, elas se tornam fator de atração para os outros. Como sustenta Gehl (1971), na cidade, $1 + 1 = 3$, pelo menos. Nos planos urbanos atuais, é cada vez mais presente o instrumento como a fachada ativa que corrobora para a qualificação dos espaços coletivos.

Esses atributos: **continuidade**, **intensidade**, **versatilidade**, **identidade**, **transversalidade**, **acessibilidade** e **segurança**, forma o acrônimo CIVITAS, quando as primeiras letras de cada palavra são unidas. Estes podem ser aplicados como critério de análise e interpretação dos espaços coletivos e para planejar ruas, calçadas, praças e parques, galerias, estacionamentos, passagens subterrâneos, passarelas, terraços-jardim, galerias, pátios, lobbies, marquises, espaços intersticiais e outros espaços de uso público bem como as organizações mistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo foi possível traçar um panorama da evolução do conceito de espaço coletivo na literatura urbanística recente. Para alcançar os objetivos propostos, procurou-se inicialmente definir o conceito de espaço coletivo dentro de uma perspectiva contemporânea. Nesta discussão foram de

grande importância as contribuições de Cerasi, Solà-Morales, Betsky, Barré e Meyer.

Através da interpretação desses autores e de uma leitura própria, procurou-se destacar as possibilidades de utilização deste termo para designar os novos espaços da vida urbana contemporânea, onde se encontram cada vez mais diluídos os limites tradicionais entre os espaços públicos e os privados. Uma das conclusões é que a expressão "espaço coletivo" faz referência à forma de uso do espaço, enquanto "espaço público" corresponde, dentro do direito urbanístico, ao espaço de propriedade pública, não estando definido seu uso. Constatou-se assim que estes dependem menos da titularidade da propriedade (pública ou privada) e mais da intensidade, permeabilidade e das possibilidades de intercâmbio social que são capazes de criar.

Percebeu-se também que os espaços coletivos são como os poros da cidade, pelos quais o tecido urbano respira e transpira. E que se organizam como microestruturas que relacionam os edifícios com as cidades e com as pessoas, e incorporam espaços públicos e privados de uso coletivo, conformando lugares de interesses comuns, da comunicação e do intercâmbio. Estes espaços, determinantes da vida urbana contemporânea, se organizam em forma de rede e podem explicar muitos dos conflitos e possibilidades de cada cidade e tendem a se multiplicar em lugares dinâmicos e a formar conjuntos de grande interesse urbano. Também passaram a ser mais valorizados durante a pandemia da Covid-19 por serem mais abertos e ventilados, permitindo também maior segurança sanitária.

Sob a influência de autores como Castells e Ascher, que relacionam a sociedade atual com o que chamaram *sociedade rede* e *sociedade do hipertexto*, respectivamente, foram feitas referências a termos do universo da informática que estão presentes na linguagem cotidiana da sociedade atual, como placa-mãe e interface, que também influenciam na construção e organização dos espaços coletivos.

Para o estudo e análises desses espaços, foram relacionados sete critérios: continuidade, intensidade, versatilidade, identidade, transversalidade, acessibilidade e segurança, que se desdobraram da revisão da literatura. E ao juntar a primeira letra de cada um deles se formou a palavra CIVITAS, que em latim significa cidadão. Estes critérios podem ser incorporados à metodologia de outros estudos na área.

Como conclusão, aponta-se que ao invés de falar na morte do espaço público, preconizada por alguns autores e anunciada como resultado das novas tecnologias de comunicação e do excesso de controle dos espaços compartilhados, verificou-se que os espaços coletivos têm potencial para contribuir com a multiplicação dos espaços públicos diluindo as barreiras que delimitam o espaço privado, permitindo assim uma relação mais orgânica das pessoas com a cidade.

REFERÊNCIAS

ASCHER, François. *Los Nuevos Principios del Urbanismo*. Madrid; Alianza Editorial, 2010 [2001].

- ASCHER, François. "Espacio urbano colectivo". En: COHEN, Jean Louis (Coord). *Espacio urbano colectivo: nuevas perspectivas*. En: Fórum Barcelona 2004.
- ASHIHARA, Yoshinobu. *El Diseño de espacios exteriores*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- BARRÉ, François. "Espacio urbano colectivo". En: COHEN, Jean Louis (Coord). *Espacio urbano colectivo: nuevas perspectivas*. En: Fórum Barcelona 2004.
- BENTLEY I. et al. *Responsive Environments: a manual for designers*. UK: Architectural Press, 1985.
- BETSKY, Aaron. "Espacio urbano colectivo". En: COHEN, Jean Louis (Coord). *Espacio urbano colectivo: nuevas perspectivas*. Fórum Barcelona, 2004.
- BORJA, Jordi. "Ciudadanía y Espacio Público". En *Ciutat real, ciutat ideal. Significat i funció a l'espai urbà modern*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1998 (Urbanitats; 7).
- BORJA, Jordi y MUXÍ, Zaida. *El Espacio Público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.
- BUSQUETS, J. *Cities X Lines – Ciudades x Formas: una nueva mirada hacia el proyecto urbanístico*. Harvard University, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *La Sociedad Red*. 3ª edición. Madrid: Alianza Editorial, 2005 [1997].
- CERASI, Mauricio. *El Espacio Colectivo de la Ciudad*. Colección de Urbanismo OIKOS-TAU. Barcelona: Oikos-tau, 1990.
- CERTEAU, Michael de. *La invención de lo cotidiano*. México: Universidad Iberoamericana, 2000 [1990].
- CHING, Francis D. K. *Arquitectura: forma, espacio y orden*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.
- FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. MARQUES, Sônia. Privado e público: inovação espacial ou social?. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Nº 69 (20). 2000. Disponible em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-20.htm>. Acceso em: 10/12/2021.
- FÓRUM BARCELONA 2004. Diálogo "Espacio urbano colectivo: nuevas perspectivas". Disponible em <http://www.fundacioforum.org/b04/b04/www.barcelona2004.org/esp/banco_del_conocimiento/documentos/fichada69.html?ldDoc=2423>. Acceso em: 10/12/2021.
- FRÚGOLI JR., H. *São Paulo, espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- GEHL, Jan. *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios*. Barcelona: Reverté, 2006 [1971].
- HERTZBERGER, Herman. *Lessons for students in architecture*. Uitgeverij 010 Publishers, 5ª ed. Rotterdam: 2009, [1991]
- JACOBS, Janes. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 2ed. São Paulo:, Martins Fontes, 2001 [1961].

LAMAS, José. M. R. G. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 2 ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, Fund. Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000.

LEITE, Rogério Proença. *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

LIMA, Renata Priore. *Plugin: interfaces urbanas en los nuevos centros lineales: el caso de la Avenida Paulista*. (Tese de Doutorado). Barcelona: DUOT/ Universitat Politècnica de Catalunya, 2016.

LYNCH, Kevin. *La Planificación del Sitio*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1960].

LYNCH, Kevin. *La Buena Forma de la ciudad*. Colección Arquitectura/ Perspectivas. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.

MEYER, Regina. "O espaço da vida coletiva". En: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, org. *O centro da metrópole: reflexões para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Terceiro Nome/ Imesp, 2001, p. 25 - 33.

PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora de la Universidad de Brasília, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Plano Director Estratégico 2014 del Municipio de São Paulo. En: *Revista Proyecto Design*. São Paulo, 2013.

ROCA BLANCH, Estanislau. *Campus de la Diagonal. Un Projecte Urbà: praxi docent i professional*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universidad de Barcelona, 2009.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1966].

ROSSINI, Francesco. "Nuevos espacios colectivos de la ciudad vertical contemporánea. El caso de Hong Kong". (Tesis doctoral). DUOT, Universidad Politécnica de Cataluña, 2014.

SECCHI, Bernardo. "Un'urbanística di spazi aperti". *Casabella*, 597-598. Milano: Edmond Periodici, 1993.

SENNETT, Richard. *La Conciencia del Ojo*. Barcelona: Ediciones Versal, 1991 [1990].

SOLÀ-MORALES. Manuel de (et al.). *Urbanitat capillar: la transformació dels terrenys de les casernes de Sant Andreu*. Barcelona: Consorci de la Zona Franca, Lunweg, DL 2009.

SOLÀ-MORALES. Manuel de. "Espacios públicos y espacios colectivos: un nuevo reto, urbanizar lo privado". *La Vanguardia*. Suplemento 12/05/1992, p. 4-5.

UHLIG, Klaus. *Pedestrian Areas: from malls to complete networks*. Londres: Academy Editions, 1979.